A barbárie com assinatura nas ruas do Rio

Bernardo Cotrim

01/09/2026

A prática do linchamento possui raízes históricas na formação autoritária brasileira, mas o discurso hegemônico dos últimos anos concedeu a essa violência um salvo-conduto ideológico

Foto: Pixabay

O espancamento até a morte de Cláudio Rafael Landeiro, um homem de 37 anos que caminhava pela Zona Sul do Rio de Janeiro carregando a bicicleta de sua irmã na noite do dia 11 de agosto, expõe a degradação da segurança pública brasileira e das normas mais elementares de organização da sociedade. É o sintoma de um organismo social afetado pela banalização da violência e pela normalização da justiça com as próprias mãos.

O enredo que culminou no homicídio de “Bart”, como Cláudio era conhecido em Botafogo, mostra as engrenagens dessa prática. Abordado na rua Barata Ribeiro sob a suspeita infundada de que a bicicleta que conduzia seria fruto de furto, o homem — que enfrentava transtornos psicológicos e não possuía antecedentes criminais — foi vítima de uma sucessão de agressões. Um segurança privado da região abordou a vítima e, com a adesão de entregadores de aplicativo mobilizados no local, levou Cláudio para a rua Felipe de Oliveira. Seguiram-se sete minutos de agressões, com dezenas de golpes de porrete na cabeça e no tronco, socos, chutes e o registro de fotos do corpo desacordado pelos próprios agressores. Cláudio morreu dias depois no Hospital Municipal Miguel Couto, por traumatismo craniano e hemorragia interna.

O caso evidencia como a violência urbana no Rio de Janeiro opera a partir de métodos e enquadramentos políticos definidos.

A milicianização da segurança privada

A proliferação de grupos informais de vigilância e “justiceiros” em bairros como Copacabana e Ipanema é um fenômeno construído ao longo de anos. Das abordagens a jovens periféricos nas saídas das praias às patrulhas informais financiadas por comerciantes e associações de moradores, moldou-se um ambiente em que a busca por controle social se converte em licença para agir à margem da lei. É a milicianização da vida cotidiana ocupando o espaço público.

Sob o pretexto de combater a criminalidade, consolida-se uma lógica de vigilância clandestina que atua com métodos milicianos. Em vez de se exigir do Estado o fortalecimento de políticas públicas, do policiamento ostensivo dentro da legalidade e da assistência social, tolera-se a atuação de agressores informais nas ruas; em substituição ao devido processo legal, impõe-se a força física.

Quando o punitivismo substitui as garantias constitucionais, qualquer cidadão em situação de vulnerabilidade torna-se alvo. Bastou a insinuação sobre a posse de uma bicicleta para que a morte de Cláudio fosse decidida e executada em poucos minutos. O resultado desse cenário é a falência do pacto civilizatório e a vigência de um Código de Hamurabi contemporâneo, no qual a vingança anula o direito de defesa.

Programas policiais e a cultura da impunidade

Esse tribunal de rua não surge por combustão espontânea. Ele é alimentado pelo jornalismo policialesco que ocupa parte da grade televisiva. Há décadas, a exploração do medo transformou a violência em mercadoria e o espetáculo da punição em produto de audiência.

A cultura do “expreme que sai sangue” como entretenimento foi cultivada e alimentada por décadas, com a exibição cotidiana, em cadeia nacional, de aberrações como os extintos “Aqui e Agora” e “Alerta Nacional” e os contemporâneos “Cidade Alerta”, “Brasil Urgente” e “Balanço Geral”: programas em que o sensacionalismo é o fio condutor, gerando na audiência uma sensação de medo e de insegurança, pois o crime está “sempre à espreita”.

Com a complacência de anunciantes e o silêncio de autoridades, apresentadores questionam garantias fundamentais e incitam a população ao confronto direto. O mantra do “bandido bom é bandido morto” naturalizou-se no debate cotidiano. Criou-se um ambiente cultural no qual a agressão física não apenas é tolerada, mas interpretada por parcelas da sociedade como ato de defesa comunitária.

O resultado prático é visível: indivíduos que utilizam porretes para agredir um homem indefeso na calçada atuam respaldados por uma cultura punitivista difundida. Eles são o produto da exposição contínua a discursos que desumanizam alvos específicos e vendem a ideia de que a violência arbitrária é a resposta para a criminalidade.

Esse ecossistema televisivo encontrou impulso na ascensão política da extrema direita no país. A prática do linchamento possui raízes históricas na formação autoritária brasileira, mas o discurso hegemônico dos últimos anos concedeu a essa violência um salvo-conduto ideológico.

Ao priorizar a pauta armamentista, criticar a defesa dos direitos fundamentais e promover a desconfiança em relação às instituições, a extrema direita estimulou a intolerância que hoje se reflete nas ruas. A hostilidade contra populações vulneráveis, pessoas em situação de rua ou indivíduos em sofrimento psíquico ganhou espaço no debate público. O grupo que espancou Cláudio atuou imbuído da certeza da impunidade e da premissa de que realizava uma intervenção necessária para a segurança local.

Os chamados “justiceiros” são a expressão de um projeto de higienização social que busca resolver conflitos urbanos pelo terror. Prometem a ilusão da ordem, mas entregam o aprofundamento do caos e o assassinato de inocentes.

Enfrentar a banalização da barbárie

O linchamento de Cláudio Rafael Landeiro exige mais do que a punição criminal dos envolvidos e a fiscalização das empresas e indivíduos que prestam serviços de vigilância informal no Rio de Janeiro. O caso evidencia um drama social e exige que o país enfrente a cultura de violência que se alastra pela sociedade.

Não haverá Estado Democrático de Direito enquanto a lógica da justiça privada for tolerada como alternativa às instituições republicanas. O combate às milícias urbanas, a fiscalização das concessões públicas de mídia

que incitam a violência e a garantia de direitos fundamentais para toda a população são passos indispensáveis para conter essa escalada.

A resposta à barbárie não passa pelo acirramento do ódio, mas pelo fortalecimento da organização popular, do cumprimento da Constituição e do compromisso com a dignidade humana. O caso de Cláudio Rafael não pode ser reduzido a mais uma estatística; precisa marcar a interrupção de um modelo que tolera a barbárie em nome da ordem.

Bernardo Cotrim *é jornalista. Atualmente, é gerente de mídias sociais do ICL Notícias*

Via Teoria e Debate

Compartilhe nas redes: